

A "grande revolta" que os sindicatos sentem junto dos funcionários públicos faz antever uma "enchente" na manifestação de hoje, sábado. São esperadas mais de 150 mil pessoas num protesto em que marcam também presença as forças e serviços de segurança.

Ontem era ainda difícil apontar estimativas precisas, mas o ritmo da requisição de autocarros apontava para uma forte adesão na manifestação da Função Pública convocada pela Frente Comum.

Os motivos do protesto são vários, mas há alguns que estão na base da forte participação que se adivinha para hoje: os cortes salariais e todos o conjunto de medidas que poderão agravar a estabilidade do emprego. Por estas mesmas razões é também esperada a presença de sectores pouco habituais nestes protestos. É o caso das forças e serviços de segurança.



"Está tudo muito revoltado e há milhares de pessoas que querem participar", disse ao JN a coordenadora da Frente Comum, Ana Avoila. A expectativa é que o número de manifestantes ultrapasse os cerca de 150 mil funcionários públicos que participaram, em Maio, na manifestação nacional convocada pela CGTP.

Mário Nogueira, da Fenprof adiantava ontem ao JN que há distritos que passaram de dois ou três carros (suficientes a 30 de Maio) para o aluguer de vários autocarros para hoje. E este protesto é apenas um primeiro passo na contestação às medidas de contenção: 24 de Novembro há a greve geral e nenhum dirigente sindical diz que ficará por aqui em termos de protestos.

Ao contrário do que é habitual nas manifestações da função pública, os sectores das forças e serviços de segurança também vão hoje marcar presença. **É o caso do Sinapol (da PSP)**, do sindicato que representa os trabalhadores da ASAE e da Associação dos Profissionais da Guarda.

Motivos de insatisfação

1. Cortes salariais

A decisão do Governo em proceder a um corte dos vencimentos da generalidade dos funcionários públicos é um dos principais motivos para esta manifestação. Em causa estão reduções de salários que oscilam entre os 3,5% e os 10%. A medida vai abranger cerca de 450 mil pessoas.

2. Congelamento de pensões

Ao contrário de anos anteriores, em 2011 nenhuma pensão de reforma terá qualquer actualização, o que significa que mesmo as mais baixas vão manter o valor auferido em 2010.

3. Carreiras e contratos

Não é uma medida inédita (ao contrário dos cortes salariais) mas também está a motivar descontentamento: as mudanças na carreira que possa originar acréscimos remuneratórias estão congeladas. Muitos dos contratados não verão o contrato renovado

4. CGA

Ainda este ano, os funcionários públicos vão passar a descontar 11% contra os 10% actuais) para a Caixa Geral de Aposentações.